

**TERMO DE FOMENTO Nº 50/2024****QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS E A ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS DE PATOS DE MINAS**

O **MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS**, inscrito no CNPJ sob nº 18.602.011/0001-07, com sede a Rua Doutor José Olympio de Mello, 151, Bairro Eldorado nesta cidade de Patos de Minas - MG, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Luís Eduardo Falcão Ferreira, brasileiro, portador do CPF nº ***.351.***-**, Carteira de Identidade nº MG-**.269.*** SSP – MG, residente e domiciliado nesta cidade e a **ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS DE PATOS DE MINAS**, inscrita no CNPJ sob nº. 30.599.811/0001-11, Avenida Paracatu, nº 737, bairro Centro, Patos de Minas, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, representada pelo presidente Stanley dos Santos, nacionalidade brasileira, portador do C.P.F nº ***.132.***-** e Carteira de Identidade nº MG-**.404.*** SSP/MG, residente e domiciliado nesta cidade, resolvem celebrar o presente **Termo de Fomento**, regendo-se pelo disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 8.473 de 24/07/2023 e suas alterações, Lei Orçamentária Anual nº 8.593 de 21/12/2023, Lei Municipal de Repasses Financeiros de Subvenções, Contribuições e Auxílios nº 8.594 de 21/12/2023, **alterada pela Lei Municipal nº 8.677 de 27 de maio de 2024**, Decreto Municipal nº 4.366/2017 que dispõe sobre as regras e os procedimentos para celebração de parcerias entre a Administração Direta e Indireta do Município de Patos de Minas e as Organizações da Sociedade Civil, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, na Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014 que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; consoante ao processo digital nº **5305-24-PAT-GOV** e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente termo de fomento, decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (contribuições e auxílio) visando promoção de ações na área da cultural e artística em Patos de Minas, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Setor de Convênios e Parcerias – Telef. (34) 3822-9645
Email: centralconvenios@patosdeminas.mg.gov.br
Rua Doutor José Olympio de Mello, 151, Bairro: Eldorado



2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

- a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;
- b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
- c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
- d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;
- e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
- h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de fomento;
- c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;



e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de **R\$ 42.142,32 (quarenta e dois mil, cento e quarenta e dois reais e trinta e dois centavos)**.

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de fomento, recursos no valor de R\$ 42.142,32 (quarenta e dois mil, cento e quarenta e dois reais e trinta e dois centavos), correndo a despesa à contas da dotações orçamentárias:

R\$ 32.642,00 (trinta e dois mil, seiscentos e quarenta e dois reais)

01.11.01.00.13.392.0004.2.0153, UG 01.11.01.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER, Gestão: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER, conforme discriminação abaixo:

Função: 13, Subfunção: 392, Programa: 0004, Despesa: 3.3.50.41.0000 – Contribuições, Fonte: 01.0500.0000.0117 Emendas Parlamentares Municipais (2.993)

R\$ 9.500,32 (nove mil e quinhentos reais e trinta e dois centavos)

01.11.01.00.13.392.0004.2.0153, UG 01.11.01.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER, Gestão: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER, conforme discriminação abaixo:

Função: 13, Subfunção: 392, Programa: 0004, Despesa: 4.4.50.42.0000 – Auxílios, Fonte: 01.0500.0000.0117 Emendas Parlamentares Municipais (5.130)

O valor acima será repassado em parcela única

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – O MUNICÍPIO transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante

Setor de Convênios e Parcerias – Telef. (34) 3822-9645
Email: centralconvenios@patosdeminas.mg.gov.br
Rua Doutor José Olympio de Mello, 151, Bairro: Eldorado



transferência eletrônica na **Conta Corrente nº 66.970-9, Agência nº 0190-2, – Banco do Brasil**, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública.

I- Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de fomento;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 – Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica, sujeita a identificação do beneficiário final e a obrigatoriedade do depósito em sua conta bancária.

I - Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

5.3 – Todas as despesas (notas fiscais, faturas) deverão ser emitidas no nome da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, discriminando as despesas conforme estabelecido na Cláusula Primeira, sem rasuras e constando comprovante de pagamento.

5.4 – Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da OSC para:



- I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- III- realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
- IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e
- VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
- VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

- 6.1 - O presente Termo de Fomento vigorará a partir da sua assinatura até **31/12/2024**, conforme prazo previsto no anexo Plano de trabalho para a consecução de seu objeto. **Fica estabelecido que, a partir da assinatura deste Termo de Fomento, o prazo de execução informado no Plano de Trabalho é anulado e substituído pelo prazo de vigência aqui informado.**
- 6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da OSC devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.
- 6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de fomento, independentemente de proposta da OSC, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
- 6.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

- I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;



III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

7.3 - Fica designado o gestor da parceria: Alex Peres Moreira – matrícula nº 7.070, através da Portaria nº 4.730 de 15/06/2023.

7.4 – Fica designado a comissão de monitoramento e avaliação da parceria através da portaria nº 4.706 de 26/01/2023, alterada pela Portaria 4.742 de 13 de outubro de 2023.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II - notas fiscais e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.



§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 30 (trinta) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 – O MUNICÍPIO considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.



§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público,



mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Advocacia Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.



10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

III - poderá ser rescindido amigavelmente por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

Setor de Convênios e Parcerias – Telef. (34) 3822-9645
Email: centralconvenios@patosdeminas.mg.gov.br
Rua Doutor José Olympio de Mello, 151, Bairro: Eldorado



13.1 As partes declaram e concordam que toda e qualquer atividade de tratamento de dados deve atender às finalidades e limites previstos neste instrumento e estar em conformidade com a legislação aplicável, principalmente, mas não se limitando à Lei 13.709/18 (“Lei Geral de Proteção de Dados” ou “LGPD”).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

15.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Patos de Minas - MG, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2 - Estando plenamente de acordo, os envolvidos comprometem-se de forma integral e irrevogável a cumprir estritamente os termos deste instrumento. O presente documento foi lido e considerado conforme, sendo assinado pelos participantes para que possa surtir seus efeitos jurídicos e legais, tanto em Juízo quanto fora dele.

MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS

Luís Eduardo Falcão Ferreira
Prefeito Municipal

ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS DE PATOS DE MINAS

Stanley dos Santos
Presidente

50-2024 ASSOCIACAO DOS MUSICOS DE PATOS DE MINAS - 2993 - 5130 pdf

Código do documento a96421ae-3032-4cb3-9877-a62565eb4202



Assinaturas



LUÍS EDUARDO FALCÃO FERREIRA
documentos.gabinete@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou como parte

LUÍS EDUARDO FALCÃO FERREIRA



STANLEY DOS SANTOS
stanleycarrilhosantos@gmail.com
Assinou como parte



Cídia Vargas
controladoria@patosdeminas.mg.gov.br
Aprovou

Cídia Vargas



Fabiana de Sant Anna Miranda Eguchi
fabianaeguchi@patosdeminas.mg.gov.br
Aprovou

F.



Pollyana Geralda Silva Sousa
pollyana@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou como testemunha

Pollyana Geralda Silva Sousa



Alanna Marta Oliveira Reis
alanna@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou como testemunha

AM

Eventos do documento

27 Jun 2024, 13:39:30

Documento a96421ae-3032-4cb3-9877-a62565eb4202 **criado** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2024-06-27T13:39:30-03:00

27 Jun 2024, 13:43:01

Assinaturas **iniciadas** por GERÊNCIA DE COMPRAS - PREFEITURA (0a111dde-fc1a-43df-8d0a-44bcc74bf314). Email:compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2024-06-27T13:43:01-03:00

27 Jun 2024, 14:00:28

FABIANA DE SANT ANNA MIRANDA EGUCHI **Aprovou** (26ba4f65-7f78-4c97-8ac3-fac1efa13dd2) - Email: fabianaeguchi@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.22 (138-0-66-22-static.onnettelecom.com.br porta: 30558) - **Geolocalização: -18.6046148 -46.50845** - Documento de identificação informado: 045.083.766-14 - DATE_ATOM: 2024-06-27T14:00:28-03:00

27 Jun 2024, 14:50:42

LUÍS EDUARDO FALCÃO FERREIRA **Assinou como parte** (6ed65cfe-cd52-4bc0-a294-4b4038d8a7e9) - Email: documentos.gabinete@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.22 (138-0-66-22-static.onnettelecom.com.br porta: 28868) - Documento de identificação informado: 056.351.466-35 - DATE_ATOM: 2024-06-27T14:50:42-03:00

27 Jun 2024, 15:32:21

ALANNA MARTA OLIVEIRA REIS **Assinou como testemunha** (91561e2b-a6a1-4868-9b9d-f81250075f7a) - Email: alanna@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.22 (138-0-66-22-static.onnettelecom.com.br porta: 58914) - [Geolocalização: -18.6043779 -46.5095253](#) - Documento de identificação informado: 059.408.386-93 - DATE_ATOM: 2024-06-27T15:32:21-03:00

27 Jun 2024, 18:02:57

POLLYANA GERALDA SILVA SOUSA **Assinou como testemunha** (0395c3c9-d5ce-4ed7-b415-dd7e44867b56) - Email: pollyana@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.22 (138-0-66-22-static.onnettelecom.com.br porta: 60544) - Documento de identificação informado: 077.314.726-80 - DATE_ATOM: 2024-06-27T18:02:57-03:00

28 Jun 2024, 13:20:14

CÍDIA VARGAS **Aprovou** - Email: controladoria@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.66.22 (138-0-66-22-static.onnettelecom.com.br porta: 32140) - Documento de identificação informado: 034.296.356-24 - DATE_ATOM: 2024-06-28T13:20:14-03:00

28 Jun 2024, 14:57:25

STANLEY DOS SANTOS **Assinou como parte** - Email: stanleycarrilhodosantos@gmail.com - IP: 191.55.191.48 (191-055-191-048.xd-dynamic.algartelem.com.br porta: 2136) - [Geolocalização: -18.6195466 -46.4943366](#) - Documento de identificação informado: 076.132.866-14 - DATE_ATOM: 2024-06-28T14:57:25-03:00

Hash do documento original

(SHA256):a4e8fd7263468e4947136de339a07f44c4581741b0b516d0a8928279f06c834a

(SHA512):4261cd59d1699e61ce8dd7296cda81ca6414ec70f6dc2a314ff863d46a23d8220051696a5274749193efb28450826b2c12f23a0eca6354b8fb27f6d5c3f1e02f

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR	
Nome: REGINALDO SAULO DE ANDRADE	Matrícula: 00031517
Cargo: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO	

Data de afixação: 20/06/2024
Data de desafixação: 04/07/2024

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Delegação de Atribuição – Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005 – EC nº 42/2003
MUNICÍPIO – PATOS DE MINAS – MG

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 00012, de 19 de junho de 2024.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o sujeito passivo abaixo relacionado, a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[s] de Lançamento de [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-à feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	CPF/CNPJ	Notificação de Lançamento de (ITR)
Sebastião Ribeiro da Silva	214.546.717-34	4959/00019/2024

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR	
Nome: REGINALDO SAULO DE ANDRADE	Matrícula: 00031517
Cargo: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO	

Data de afixação: 24/06/2024
Data de desafixação: 08/07/2024

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Delegação de Atribuição – Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005 – EC nº 42/2003
MUNICÍPIO – PATOS DE MINAS – MG

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO FISCAL Nº 00009, de 20 de junho de 2024

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o sujeito passivo abaixo relacionado, a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-à feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	CPF/CNPJ	Termo de Constatação e Intimação (ITR)
Divino Francisco Marques Espólio de	107.049.496-87	4959/00027/2024

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR	
Nome: REGINALDO SAULO DE ANDRADE	Matrícula: 00031517
Cargo: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO	

Data de afixação: 28/06/2024
Data de desafixação: 12/07/2024

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR
Delegação de Atribuição – Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005 – EC nº 42/2003
MUNICÍPIO – PATOS DE MINAS – MG

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 00013, de 26 de junho de 2024.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o sujeito passivo abaixo relacionado, a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[s] de Lançamento de [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-à feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	CPF/CNPJ	Notificação de Lançamento de (ITR)
Juvenal Pereira de Lima Espólio de	043.151.116-00	4959/00029/2024
Rones Alves Ferreira	854.237.006-63	4959/00030/2024
José Leonício Gomes	053.775.014-20	4959/00031/2024
José Leonício Gomes	053.775.014-20	4959/00032/2024

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR	
Nome: REGINALDO SAULO DE ANDRADE	Matrícula: 00031517
Cargo: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO	

Data de afixação: 02/07/2024
Data de desafixação: 16/07/2024

Secretaria Municipal de Governo

Expediente

1º Aditivo ao Termo de Fomento 37/2024, Organização da Sociedade Civil: Casa da Acolhida, Objeto: Tem por objeto a alteração da Cláusula Terceira quanto as parcelas dos recursos financeiros. Assinatura: 27/06/2024. Patos de Minas, 02 de julho de 2024. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

Termo de Fomento 49/2024, Organização da Sociedade Civil: Conselho De Desenvolvimento Comunitário De Major Porto, Objeto: Decorrente de inexistência de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (contribuições) visando realização da 25ª Festa Popular do Distrito de Major Porto, conforme detalhado no Plano de Trabalho, Valor do repasse: R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais). Assinatura: 30/06/2024. Vigência: 30/11/2024. Patos de Minas, 02 de julho de 2024. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

Termo de Fomento 50/2024, Organização da Sociedade Civil: Associação Dos Músicos De Patos De Minas, Objeto: Decorrente de inexistência de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (contribuições e auxílio) visando promoção de ações na área da cultural e artística em Patos de Minas, conforme detalhado no Plano de Trabalho, Valor do repasse: R\$ 42.142,32 (quarenta e dois mil, cento e quarenta e dois reais e dois centavos). Assinatura: 28/06/2024. Vigência: 31/12/2024. Patos de Minas, 02 de julho de 2024. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

1º Apostilamento ao Termo de Colaboração 02/2024, Organização da Sociedade Civil: Associação De Proteção a Maternidade Infância e Velhice de Patos De Minas, Objeto: Tem por objeto a alteração da fundamentação do Termo de Colaboração original. Assinatura: 27/06/2024. Patos de Minas, 02 de julho de 2024. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

1º Apostilamento ao Termo de Colaboração 03/2024, Organização da Sociedade Civil: Associação De Proteção a Maternidade Infância e Velhice de Patos De Minas, Objeto: Tem por objeto a alteração da fundamentação do Termo de Colaboração original e alteração na fonte orçamentária. Assinatura: 27/06/2024. Patos de Minas, 02 de julho de 2024. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC

Razão Social		CNPJ	
ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS DE PATOS DE MINAS		30.599.811/0001-11	
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.)			
AVENIDA PARACATU Nº 737			
Bairro	Cidade	CEP	
CENTRO	PATOS DE MINAS	38.700-096	
E-mail da Instituição	Site da instituição		
associacaoamppatos@gmail.com	https://www.instagram.com/ampminas?utm_source=qr&igsh=NG14YXRzMHUwZGQ0		
Telefone 1	Telefone 2	Telefone 3	
(34)9968-4948	(34)8420-5267	(34)9696-9122	
Número da conta corrente:	Agência:	Banco:	Operação:
66970-9	190-2	001	

2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA OSC

Nome		CPF:	
STANLEY DOS SANTOS		076.132.866-14	
Nº RG	Órgão Expedidor	Cargo/Função	
MG14404626	SSP	AUTONOMO / PINTOR	
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.)			
Rua Guimarães Rosa, nº 90 – Apartamento 202			
Bairro	Cidade	Período de Mandato	
Campos Elíseos	Patos de Minas	20/10/2023 a 20/10/2026	
Telefone 1	Telefone 2	Telefone 3	
(34)99684948	()	()	

3. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE

Identificação do Projeto/Atividade

Formalização de parceria, com transferência de recursos, entre a Prefeitura Municipal de Patos de Minas e a Associação de Músicos de Patos de Minas visando promover ações na área cultural e artística do Município de Patos de Minas.

O presente "Plano de Trabalho da Associação de Músicos de Patos de Minas" contempla o desenvolvimento de atividades diversas na valorização e no aprimoramento de atividades artísticas e culturais, como prevê o Estatuto, que objetivem atender demandas nas modalidades técnico-artísticas nas áreas musicais, de dança e da Literatura em Oralidade, envolvendo estes segmentos culturais em suas respectivas necessidades para promoção e divulgação da cultura local, das tradições e da identidade de cada cidadão.

Através desta parceria, os recursos serão destinados para as seguintes atividades artísticas e culturais:

- # Compra de instrumentos musicais
- # Locação de transporte para participação em festivais fora do município
- # Compra de som e microfones
- # Confecção de uniformes
- # Contratação de 4 (quatro) professores para prestação de serviços (Aulas de Dança) nos bairros: Santa Terezinha, Cristo Redentor, Santa Luzia, Ipanema, Gramado, Planalto e Sebastião Amorim.

Organização de Festival Musical do Samba Patense

Portanto, todas as atividades que serão realizadas a partir do recebimento deste recurso, constam neste Plano de Trabalho com respectivos três orçamentos diferentes e, desta forma, a associação deve fazer a escolha do menor preço para cada cotação.

Mod. For. 001

Stanley dos Santos

Eduardo Melo Camargo

<p>Período de Execução</p> <p>As atividades propostas neste Plano de Trabalho serão realizadas após o repasse da verba. Portanto, a compra dos instrumentos, som, microfones e a confecção dos uniformes dar-se-á dentro do período de um a três meses após o depósito da subvenção.</p> <p>O aluguel do transporte para participação no festival fora do município de Patos de Minas deve ser pago na data de 25 de setembro de 2024.</p> <p>Além disso, o Evento Musical do Samba, acontecerá no dia 14 de setembro de 2024, entre 16 horas às 11 horas.</p> <p>Ademais, o formato das aulas de dança nos respectivos bairros acontecerá com uma aula semanal a partir do recebimento do recurso, totalizando 5 (cinco) meses de execução para as aulas sendo 8 aulas mensais.</p>	<p>Nº de Beneficiários que serão atendidos</p> <p>Os instrumentos que serão adquiridos atingirá 50 músicos que irão utilizar dos mesmos em apresentações de segmento público em Patos de Minas em eventos de cunho social e cultural.</p> <p>O som e os microfones adquiridos serão utilizados por artistas da cidade para apresentações de cunho social, artístico e cultural.</p> <p>A confecção de uniformes beneficiará 66 artistas da cidade para suas apresentações de cunho social, artístico e cultural</p> <p>O transporte alugado levará 42 artistas do Município em Festival que acontecerá em outro município.</p> <p>Por fim, cada aula de dança semanal em cada bairro irá receber 15 alunas(os).</p>
<p>Abrangência Município de Patos de Minas</p>	<p>Valor recurso do Município(R\$) R\$ 42.142,32 para aplicação em:</p> <p>Pagamento de professores, pagamento aluguel de ônibus, aquisição de instrumentos, aquisição de som, microfones e uniformes, pagamento de bandas de samba para realização de festival do samba.</p> <p>Valor total(R\$) Ex. R\$ 42.142,32</p>
<p>Justificativa</p> <p>O presente "Plano de Trabalho da Associação dos Músicos de Patos de Minas" apresenta demandas do segmento artístico e cultural de Patos de Minas que com a subvenção destinada possibilitará realizar um trabalho cultural muito importante para os artistas e a população patense.</p> <p>A Associação de Músicos de Patos de Minas implantará em sete bairros de Patos de Minas, aulas de dança para crianças e adolescentes, de modo a retirar o tempo ocioso deles nas ruas e através das aulas, a associação quer formar artistas e cidadãos conscientes, com disciplina e que sejam protagonistas da valorização da nossa arte e cultura.</p> <p>Há, também, alguns festivais de Música e Dança em outros municípios em que os artistas patenses querem participar para levar o nome de Patos de Minas. Portanto, a verba, aqui, destinada para aluguel de transporte tem o objetivo de que a arte patense possa ser levada a outro município como valorização dos nossos artistas e da nossa cultura.</p> <p>Além disso, é necessário a aquisição de alguns instrumentos musicais, som, microfones e uniformes para que possamos atender às apresentações artísticas de cunho público e cultural que levarão várias apresentações artísticas a toda população de Patos de Minas.</p> <p>Ademais, o Festival de Samba de Patos de Minas tem por objetivo a valorização do segmento musical em Patos de Minas e possibilitará a realização do Primeiro Festival de Samba do município. Para este evento, todos os grupos de samba de Patos de Minas foram convidados a participar, apresentando seu orçamento. Assim sendo, dos sete grupos de samba da cidade, cinco manifestaram o desejo de participar do Festival de Samba e apresentaram os seus orçamentos. Como foi disponibilizada a oportunidade de todos os grupos de samba do município participarem, os que aderiram à proposta entraram em comum acordo com a Associação de Músicos de cobrar o mesmo valor de cachê para as suas apresentações no Festival de Samba de Patos de Minas, desta forma, todos os cinco</p>	

Mod. For. 001

Stordy de Sante

Eduardo Melo Camargo

grupos serão contratados para apresentarem no Festival.

Portanto, todas as atividades apresentadas no presente "Plano de Trabalho da Associação de Músicos de Patos de Minas" viabilizará o resgate da importância das diversas artes patenses, a valorização dos artistas da cidade e a perpetuação da cultura local.

Descrição do Projeto/Atividade

- Breve histórico da OSC;

Associação de Músicos de Patos de Minas nasceu da necessidade de valorizar os músicos e demais artistas de Patos de Minas no desenvolvimento dos seus trabalhos e na propagação das diversas artes e apresentações culturais no município de Patos de Minas.

- Principais ações na área de atuação;

A instituição atua na área cultural e promove várias ações com objetivos de resguardar as artes e os artistas de Patos de Minas. Nesta dimensão, levar também a toda população oportunidades culturais e de artes diversas.

- Perfil do público beneficiário da entidade (como: faixa etária, renda, escolaridade, condição de moradia);

Através da ação de aulas de dança nos bairros o projeto beneficiará crianças e jovens carentes dos Ensinos Fundamental e Médio das escolas públicas de Patos de Minas.

Com o Festival de Samba vários artistas deste segmento serão valorizados em suas manifestações artísticas e também beneficiará a toda população com o evento cultural aberto ao público.

Com a aquisição de som, microfones, uniformes e instrumentos vários artistas terão oportunidades de realizarem apresentações sociais e públicas em todo município de Patos de Minas.

O valor destinado também para o aluguel do transporte em que artistas patenses terão a possibilidade de representar a cultura de Patos em outro município será fundamental para a divulgação artística de Patos de Minas.

- Capacidade de atendimento;

A capacidade de atendimento da instituição é:

As aulas de dança acontecerão em Igrejas e Associações de Bairros que cederam gratuitamente o espaço para que as aulas aconteçam uma vez por semana nos respectivos bairros citados anteriormente. Cada turma atenderá 15 crianças de cada bairro.

O evento musical Festival de Samba Patos de Minas será um evento aberto a toda população patense e contará com artistas de cinco grupos de samba do município.

Os instrumentos musicais, som, microfones e os uniformes atenderão artistas que necessitam dos mesmos para apresentações sociais e culturais.

- Metodologia de trabalho:

Através da ação de aulas de dança nos bairros o projeto beneficiará crianças e jovens carentes dos Ensinos Fundamental e Médio das escolas públicas de Patos de Minas.

Com o Festival de Samba vários artistas deste segmento serão valorizados em suas manifestações artísticas e também beneficiará a toda população com o evento cultural aberto ao público.

Com a aquisição de som, microfones, uniformes e instrumentos vários artistas terão oportunidades de realizarem apresentações sociais e públicas em todo município de Patos de Minas.

O valor destinado também para o aluguel do transporte em que artistas patenses terão a possibilidade de representar a cultura de Patos em outro município será fundamental para a divulgação artística de Patos de Minas.

As aulas de dança acontecerão em Igrejas e Associações de Bairros que cederam gratuitamente o espaço para que as aulas aconteçam uma vez por semana nos respectivos bairros ci-

Mod. For. 001

Stanley dos Santos

Eduardo Melo Camargo

tados anteriormente. Cada turma atenderá 15 crianças de cada bairro.

O evento musical Festival de Samba Patos de Minas será um evento aberto a toda população patense e contará com artistas de cinco grupos de samba do município.

Os instrumentos musicais, som, microfones e os uniformes atenderão artistas que necessitam dos mesmos para apresentações sociais e culturais.

4. CAPACIDADE TÉCNICA

Esta é a primeira subvenção que a Associação de Músicos de Patos de Minas receberá a partir deste Plano de Trabalho. Portanto, seguem anexas todas as certidões e declarações solicitadas dentro da lei. A Associação tem o seu Estatuto aprovado e registrado em Cartório.

Fundamentação Jurídica: Artigo 35, inciso III, Lei 13019/2014.

5. SÍNTESE DA PROPOSTA

5.1. Identificação do Objeto

Descrição, clara e objetiva, do que se pretende realizar na proposta.

OBJETO: Promover e disseminar a valorização da cultura e dos artistas de Patos de Minas.

Colaborar para divulgação dos trabalhos artísticos e culturais em Patos de Minas.

Valorizar os artistas e produtores culturais.

Levar a toda população patense arte, entretenimento e ações educativas através da cultura.

Estimular os eventos culturais.

Propagar a valorização dos artistas patenses e das artes do município.

Fundamentação Jurídica: Artigo 22, inciso I, "descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexos entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas "

5.2. Resultados esperados

Maior acesso da população aos eventos culturais de Patos de Minas

Valorização dos artistas locais.

Estímulo e oportunidades de acesso às artes.

5.3. Metas Artigo 22, inciso I Lei 13019/2014

Mod. For. 001

Atômey dos Santos

Eduardo Melo Lamangos

Preparar crianças e jovens para desenvolverem habilidades artísticas.

Oportunizar aos artistas meios para desenvolverem suas habilidades e divulgarem seus trabalhos.

5.4. Público beneficiário Artigo 53, Lei 13019/2014

Serão beneficiadas 15 crianças nos bairros acima citados com as aulas de dança por turmas.
Serão beneficiados 42 artistas que utilizarão o transporte para ida ao Festival em outro município.
Serão beneficiados 40 artistas com a compra e a utilização posterior dos instrumentos.
Serão beneficiados 66 artistas com a confecção dos uniformes para as apresentações artísticas.
Serão beneficiados 100 artistas em suas apresentações com a compra do som e de microfones.

5.5. Forma de execução das atividades Artigo 22, inciso III, Lei 13019/2014

A professora de Dança responsável por dar aulas de dança no bairro Gramado, atenderá uma turma na parte da manhã às sextas-feiras no horário de 8 da manhã. A mesma atenderá uma outra turma às sextas-feiras no período da tarde, às 14 horas. As aulas serão ministras no Espaço da Igreja Mãe Rainha no bairro Gramado.

A professora de Dança responsável por dar aulas nos bairros Cristo Redentor e Santa Terezinha ministrará aulas na quinta-feira no Igreja do Cristo às 17 horas e na quarta-feira na Igreja de Santa Terezinha às 17 horas.

O professor de Dança responsável por dar aulas nos bairros Santa Luzia e Sebastião Amorim, iniciará as aulas às 18 horas de modo que atenderá na Igreja Santa Luzia às segundas-feiras e atenderá o bairro Sebastião Amorim às quartas-feiras na Igreja São João Batista às 18 horas.

O professor de Dança responsável por dar aulas nos bairros Ipanema e Planalto iniciará suas aulas às 18 horas em ambos os bairros de modo que utilizará o Barracão da Associação de Bairros do Ipanema e barracão da Igreja Católica do Bairro Planalto.

Para o percurso do transporte que irá conduzir os artistas ao Festival a saída será em Patos de Minas (Bairro Lagoinha) e a chegada no município de São José do Rio Pardo em São Paulo.

Para o evento Festival de Samba Patos de Minas a realização será dia 14 de setembro de 2024 com início às 16 horas e término 23 horas no Rancho Jatobá em Patos de Minas.

5.6. Indicadores, formas de aferição dos cumprimentos das metas Artigo 22, inciso IV, Lei 13019/2014; Artigo 66 Inciso I, Lei 13019/2014.

Lista de presenças dos alunos nas aulas, reuniões de pais dos alunos, organização de evento de finalização das aulas, notas fiscais, divulgações de fotos através da mídias sociais, reuniões de professores, fotos dos eventos e da viagem.

5.7. Equipe de profissionais que atuarão na execução da proposta Artigo 22, inciso V, Lei 13019/2014 (??)

Os profissionais serão contratados para dar aulas de dança em formato de Prestação de Serviços em 5 meses. Não assinará carteira.

Função	Formação	Carga horária semanal
--------	----------	-----------------------

Mod. For. 001

Stanley dos Santos

Eduardo Melo Camargo

Professores de Dança – Prestação de serviço	Ensinos Superior e Médio	1 aula semanal por bairro

6. PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA FÍSICO – FINANCEIRO Artigo 22, inciso VI, Lei 13019/2014

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (RS)
Pessoal e Encargos Sociais	
Material de Consumo	R\$ 2.442,00
Prestação de Serviço Pessoa Física ou Jurídica	R\$ 28.200,00
Aluguel/Locação	R\$ 2.000,00
Materiais Permanentes e Obras	R\$ 9.500,32
TOTAL	42.142,32

6.1 Detalhamento das despesas

Especificar o gasto com cada item de despesa

6.1.1 Pessoal e Encargos Sociais Artigo 22, inciso VII, Lei 13019/2014; Artigo 46 Inciso I, Lei 13019/2014;					
Item	Especificação/Função	Cargo	Qtde/mês	Valor mensal	Valor Total da despesa
	Subtotal				

6.1.2 Equipamentos/materiais permanentes e obras Artigo 46 Inciso IV, Lei 13019/2014						
Item	Especificação	Qtde/mês	Qtde /produto	Valor Unitário	Valor mensal	Valor Total da despesa
01	Instrumentos Musicais (Viola)	0	2	R\$ 3.500,00		7.000,00
02	Microfone	0	8	42,79		342,32
03	Caixa de som	0	1	1289,00		1289,00
04	Impressora	0	1	869,00		869,00
	Subtotal					9500,32

Obs.: Deverá ser bem especificado (Se é em caixas e quantas unidades...)

6.1.3 Prestação de Serviço Pessoa Física ou Jurídica						
Item	Especificação	Qtde/mês	Qtde /profissional	Valor Unitário	Valor mensal	Valor Total da despesa
01	Professor de dança A	05	1	800,00	800,00	4.000,00
02	Professor de dança B	05	1	800,00	800,00	4.000,00
03	Professor de dança C	05	1	800,00	800,00	4.000,00
04	Professor de dança D	05	1	800,00	800,00	4.000,00
13	Banda de Samba A		1	1000,00	1000,00	1000,00
14	Banda de Samba B		1	1000,00	1000,00	1000,00
15	Banda de Samba C		1	1000,00	1000,00	1000,00
16	Banda de Samba D		1	1000,00	1000,00	1000,00
17	Banda de Samba E		1	1000,00	1000,00	1000,00
	Subtotal					21.000,00

6.1.4 Aluguel/Locação Artigo 47, § 1º, Lei 13019/2014.					
Item	Especificação	Qtde/mês ou evento	Valor Unitári	Valor mensal	Valor Total da despesa

Mod. For. 001

Estimley dos Santos

EdUARDO Melo Romarques

			0		
01	Equipamento de som A	1	1000,00		1000,00
02	Local de eventos A	1	1000,00		1000,00
03	Onibus para viagem B	1	7200,00		7200,00
	Subtotal				9.200,00

6.1.5 Material de Consumo (Proibido inserir marcas de produtos)						
Item	Especificação	Qtde/mês	Qtde /material	Valor Unitário	Valor mensal	Valor Total da despesa
01	Confecção de uniformes A	66	66	37,00	2442,00	2442,00
	Subtotal					2442,00

Obs.: Deverá ser especificado se é em metros..., caixa com quantas unidades...

TOTAL GERAL	42.142,32
--------------------	------------------

7. PREVISÃO DE DESEMBOLSO DO MUNICÍPIO (R\$) Artigo 22, Inciso VIII, Lei 13019/2014.

REPASSES					

Obs.: O Setor de Convênios que preenche esse campo!

8. PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL/TOTAL Artigo 22 Inciso X, Lei 13019/2014.

A Prestação de Contas Parcial deverá ser apresentada na periodicidade definida pelo Plano de Trabalho da parceria, de forma condizente com o seu objeto e com o cronograma de desembolso de recursos, quando houver.

A Prestação de Contas Parcial deverá ser apresentada de acordo com as parcelas liberadas e a Prestação de Contas.

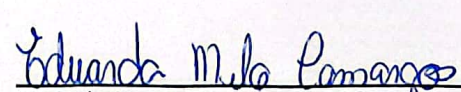
9. DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS DE PATOS DE MINAS, declaro, para fins de prova junto ao **Município de Patos de Minas – MG**, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistem qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com órgão ou entidade da Administração Pública, Federal, Estadual e Municipal, que impeça a realização deste termo ou qualquer instrumento legal com o Município de Patos de Minas - MG, na forma deste plano de trabalho.

Pede e espera deferimento.

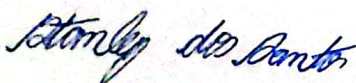
Em 15 de de 2024 .

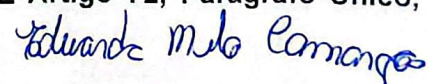

 Assinatura do Representante Legal (Presidente)


 Assinatura do Tesoureiro da OSC

10. APROVAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL Artigo 72, Parágrafo Único, Lei 13019/2014.

Mod. For. 001





DECLARAMOS que foi analisado o conteúdo do PLANO DE TRABALHO, APROVAMOS e autorizamos a execução dos procedimentos operacionais detalhados no mesmo.

Patos de Minas (MG), de de .

Assinatura Administrador Publico - Secretário Ordenador da Despesa

camscanner 25042024 08 101714043791938 pdf
Código do documento ec46969b-6898-4335-bdcf-9c49c732ad9c



Assinaturas



Paulo Henrique Rodrigues Moreira
ph.moreira@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou

Paulo Henrique Rodrigues Moreira

Eventos do documento

14 May 2024, 13:21:17

Documento ec46969b-6898-4335-bdcf-9c49c732ad9c **criado** por SECRETARIA DE CULTURA (669eb216-4c04-4b2f-b9c4-c21c5b3a1a2d). Email:secretariadecultura@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2024-05-14T13:21:17-03:00

14 May 2024, 13:21:52

Assinaturas **iniciadas** por SECRETARIA DE CULTURA (669eb216-4c04-4b2f-b9c4-c21c5b3a1a2d). Email: secretariadecultura@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2024-05-14T13:21:52-03:00

14 May 2024, 13:22:23

PAULO HENRIQUE RODRIGUES MOREIRA **Assinou** (d8b93786-ba2c-40f3-96ca-5faaa2ce4d76) - Email: ph.moreira@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.65.241 (138.0.65.241-cgnat.onnetelecom.com.br porta: 38186) - Documento de identificação informado: 931.458.456-91 - DATE_ATOM: 2024-05-14T13:22:23-03:00

Hash do documento original

(SHA256):21bd85e4b681e6a1e04c6500ae59cd59620d8949e86e302407e2d8e3bf649e46
(SHA512):a709076bb15452b2fe1e75bc5438bcad1fbd6b40e3c2a0fd2216d18190047957a6533d8b637251f68a85a56d11b408efcd4ba0b760925c404857a125d1868b76

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign